

# **ANÁLISE DOS MÉTODOS DE AVALIAÇÃO DE ESTOQUES APÓS IMPLEMENTAÇÃO DO IFRS: UM ESTUDO DE CASO MÚLTIPLO**

## **INVENTORY ACCOUNTING CHOICE AFTER IFRS ADOPTION: A MULTIPLE CASE STUDY**

### **Thiago Medeiros de Souza Barranco**

Graduando em Ciências Contábeis na Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

Rua Porto Vitória, 260, Casa 101 – Curicica – Rio de Janeiro – RJ –

CEP: 22710-032

Fone: (21) 2427-2322 ou (21) 7968-9708

[barranco.thiago@yahoo.com.br](mailto:barranco.thiago@yahoo.com.br)

### **Adolfo Henrique Coutinho e Silva**

Doutor em Ciências Contábeis (FEA-USP)

Professor Adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Rua São Francisco Xavier, 524, 9º andar, Bloco E – Maracanã – Rio de Janeiro – RJ

CEP: 20550-013

Fone: (21) 2334-0294

[adolfocoutinho@uol.com.br](mailto:adolfocoutinho@uol.com.br)

### **RESUMO**

O objetivo do estudo foi identificar os métodos de avaliação de estoques adotados pelas sociedades anônimas de capital aberto após a implementação do IFRS, bem como analisar os determinantes econômicos para a escolha do método de avaliação utilizado. A revisão da literatura tratou das Teorias utilizadas na explicação das escolhas de práticas contábeis de modo geral (com especial atenção para a Teoria Positiva da Contabilidade e a Hipótese Ricardiana), podendo incluir nestas, as escolhas contábeis referentes ao método de avaliação dos estoques; e o Pronunciamento Técnico CPC 16 R1 (2009), fruto do processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, que versa sobre Estoques. Após pesquisa manual nos relatórios anuais, constatou-se que quase a totalidade das empresas adotou o método de avaliação dos estoques pelo custo médio ponderado. Diante deste fato, optou-se pela adoção da metodologia de estudo de caso múltiplo para análise da motivação das escolhas contábeis para os casos identificados como excepcionais. Os resultados observados permitem afirmar que a escolha dos métodos de avaliação de estoques pelo custo médio ponderado adotado pelas empresas em geral está consistente com a hipótese da redução da carga tributária (planejamento fiscal), diante do atual cenário econômico. Para a única empresa que adotou o método PEPS, que atua no setor químico, observa-se que a teoria positiva da contabilidade não é aplicável, sendo o Princípio Ricardiano da Vantagem Comparativa a melhor explicação para a adoção diferenciada do referido método contábil. Os resultados apresentados estão consistentes com literatura estudada e apresentam informações de caráter relevante.

**Palavras-chave:** métodos de avaliação de estoque; práticas contábeis; PEPS; normas internacionais de contabilidade.

### **ABSTRACT**

The aim of this paper was to identify valuation inventory methods adopted by publicly traded corporations after IFRS implementation, as well to analyze the economic determinants for the choice of valuation method used. The literature review addressed the theories used in accounting choices explanation (specially the Positive Theory of Accounting and Ricardian Hypothesis), including the accounting choices regarding valuation inventory methods; and Accounting Standard CPC 16 (2009), about inventories, the result of convergence to international accounting standards. After manual search in the annual reports, it was found that almost all companies analyzed adopted the valuation inventory method of weighted average cost. In this way, it was decided to adopt the methodology of multiple case study to analyze the motivation of accounting choices for cases identified as exceptional. The results allowed that weighted average cost adoption by companies in general is consistent with the hypothesis of reducing tax burden (tax planning), observed the current economic scenario. For the only company that has adopted the FIFO method, wich belongs the chemical sector, it is observed that the positive accounting theory is not applicable and the Ricardian Principle of Comparative Advantage is the best explanation for the adoption of this accounting method differentiated. The results presented are consistent with the literature review and presents relevant background information.

**Key-words:** valuation inventory methods; accounting practices; FIFO; international accounting standards.

## 1 INTRODUÇÃO

Há algum tempo têm sido desenvolvidos estudos que versam sobre a escolha dos métodos de avaliação de estoques nas empresas. No início, predominavam estudos que abordavam apenas o método de avaliação de estoques isoladamente (Lee & Hsieh, 1985), ao passo que atualmente, os estudos objetivam a análise de múltiplas escolhas contábeis (Fields *et al*, 2001).

A aplicação dos Pronunciamentos Técnicos elaborados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em função do processo de adequação às normas do IFRS (*International Financial Reporting Standards*, regulamentadas pelo *International Accounting Standard Board – IASB*) oferece ao meio acadêmico a possibilidade de desenvolvimento de pesquisas atinentes às práticas contábeis, inclusive sobre os estoques em contexto contemporâneo.

Em função da promulgação do Pronunciamento Técnico CPC 16 (2009)<sup>1</sup>, com obrigatoriedade de observância a partir de 2010, estudos fundamentados nas práticas contábeis das empresas e analisados de modo comparativo às práticas anteriores a tal processo se tornam mais viáveis a partir destes exercícios, quando da possibilidade de incorporação de mais informações à base de dados coletados.

O objetivo do estudo foi identificar os métodos de avaliação de estoques adotados pelas sociedades anônimas de capital aberto após a implementação do IFRS, bem como analisar os determinantes econômicos para a escolha do método de avaliação utilizado.

O presente estudo é relevante em função da (a) escassez de estudos referentes ao tema no âmbito nacional; (b) informação do método de avaliação de estoque predominante no Brasil, bem como (c) exposição dos motivos que influenciam a escolha contábil de valoração de estoque diante das conjunturas econômica e financeira das companhias analisadas.

O restante do estudo foi dividido da seguinte forma: na seção 2 foi revisada a literatura pertinente a abordagem da análise. Na seção 3 encontra-se a metodologia aplicada ao estudo,

---

<sup>1</sup> O Pronunciamento Técnico CPC 16, promulgado em 2009, encontra-se na versão R1, que indica a primeira revisão do mesmo, em função do aprimoramento das normas ao longo de suas aplicações.

contendo a forma de seleção das empresas, a coleta de dados e a análises dos mesmos. A seção 4 contém a apresentação e análise dos resultados. E por fim, na seção 5, foram desenvolvidas as considerações finais do artigo.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

O desenvolvimento deste estudo, busca identificar as motivações para determinadas escolhas de práticas contábeis quanto aos métodos de avaliação de estoque das empresas pesquisadas. Como base, o plano de referência evidencia conceitos importantes para tal entendimento.

### 2.1 Motivações para as Escolhas de Práticas Contábeis

A teoria positiva da contabilidade foi introduzida na literatura contábil na década de 60 e nos anos de 1978 e 1979 teve sua expressão definida como “*Positive Accounting Theory*” por Watts e Zimmerman (1990) com a finalidade de enfatizar os papéis principais da Teoria da Contabilidade: prever, entender e explicar as práticas contábeis. Usualmente apoiada no método indutivo e baseando-se em conceitos da teoria econômica, como a teoria da agência<sup>2</sup>, procura estabelecer hipóteses que devem ser testadas antes de chegar a conclusões parciais, segundo Iudícibus (2006).

Desta forma, de acordo com Iudícibus e Lopes (2004) essa teoria tem por objetivo explicar e prever as decisões pelas práticas contábeis, partindo do pressuposto que em função da existência de interesses individuais e da influência que podem exercer sobre as decisões pessoais, tais práticas serão em determinados momentos movidas por conveniências.

Silva e Sancovski (2007, p. 2) esclarecem que a teoria positiva da contabilidade tem apresentado maior predominância na aplicação das análises das relações entre administradores e proprietários como principais elementos envolvidos no processo de escolha contábil.

Segundo Hendriksen e Breda (1999, p. 139), na relação entre agente e principal estabelecida pela Teoria da Agência, que subsidia a Teoria da Positividade da Contabilidade, pode ser observado um problema causado por informação incompleta. A título de exemplo pode-se mencionar o fato do proprietário não possuir meios suficientes para observar as ações do administrador ou até mesmo o simples desconhecimento das preferências de seus administradores. Problemas como estes são denominados Assimetrias Informacionais.

Cabe a ressalva de que o primordial na relação entre agente e principal, é a maximização do interesse do último, quando observada à assimetria informacional. (CHAN; MARTINS; SLOMSKI, 2003, p.18).

Não obstante deste raciocínio, as escolhas de práticas contábeis podem ser utilizadas como instrumento de resolução de assimetrias informacionais e conflitos entre agentes e principais. Dentre as práticas contábeis, pode-se observar a presença dos métodos de avaliação de estoques, que quando utilizados adequadamente em determinadas situações econômicas podem corroborar resultados obtidos pelos administradores e esperados pelos proprietários.

De acordo com Watts e Zimmerman (1990), na Teoria Positiva da Contabilidade, as escolhas das práticas contábeis podem ser explicadas por três hipóteses que preponderam o agente: a) hipótese dos planos de incentivo; b) hipótese do nível de endividamento; e hipótese dos custos políticos.

Quanto às escolhas contábeis provenientes de plano de incentivo nas empresas privadas, Silva e Sancovski (2007, p. 3) evidenciam que quando estes incentivos são

---

<sup>2</sup> Na Teoria da agência, os agentes comprometem-se a realizar certas tarefas para o principal; e este se compromete a remunerar o agente. Situação análoga à teoria pode ser observada na relação entre administradores e proprietários (HENDRIKSEN; BREDA, 1999, p. 139)

destinados aos administradores responsáveis pelos resultados, os agentes tendem a adotar práticas contábeis que otimizem o resultado, o que o proporcionará maior bem-estar a eles.

No que diz respeito às escolhas de práticas contábeis, Ronen e Yaari (2008) esclarecem que estão presentes a todo o momento no gerenciamento de resultados, diferentes escolhas de práticas contábeis. Dentre estas: a escolha do método de mensuração regulamentado pela norma vigente, como por exemplo, os métodos de avaliação de estoques permitidos pelas normas locais.

## **2.2 Mensuração de Estoque e os Critérios de Valoração (CPC nº 16 – R1)**

No caso da Mensuração de Estoque e seus Critérios de Valoração, a norma internacional que deu origem ao Pronunciamento Técnico 16 foi a *International Accounting Standard* (IAS) 2. Quanto à definição de estoques, o Pronunciamento Técnico CPC 16 R1 (2009, p. 3) regulamenta o seguinte:

“Estoques são ativos: a) mantidos para venda no curso normal dos negócios; b) em processo de produção para venda; ou c) na forma de materiais ou suprimentos a serem consumidos ou transformados no processo de produção ou na prestação de serviços.” (Pronunciamento Técnico CPC 16 R1, 2009, p. 3).

O Pronunciamento Técnico CPC 16 R1 (2009, p. 4) determina que “os estoques objeto deste Pronunciamento devem ser mensurados pelo valor de custo ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor”. Também determina que o valor de custo do estoque inclua todos os custos provenientes da aquisição e transformação dos estoques.

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 16 R1 (2009, p. 7), os estoques que se enquadrem como itens de difícil intercâmbio e bens ou serviços produzidos com fins pré-determinados devem ter seu custo atribuído pelo uso do critério da identificação específica. Os demais estoques, que não se enquadrem na definição anterior, terão seu custo atribuído pela utilização do critério de avaliação *Primeiro a Entrar, Primeiro a Sair* (PEPS) ou pelo critério do custo médio ponderado, sendo responsável a empresa, por utilizar o mesmo critério para todos os estoques de natureza e finalidade semelhantes.

O CPC prevê no item 27 do Pronunciamento Técnico CPC 16 R1 (2009, p. 8), o procedimento para com a adoção dos critérios de valoração PEPS e média ponderada:

“O critério PEPS (Primeiro a entrar, Primeiro a Sair) pressupõe que os itens de estoque que foram comprados ou produzidos primeiro sejam vendidos em primeiro lugar e, conseqüentemente, os itens que permanecerem em estoque no fim do período sejam os mais recentemente comprados ou produzidos. Pelo critério do custo médio ponderado, o custo de cada item é determinado a partir da média ponderada do custo de itens semelhantes no começo de um período e do custo dos mesmos itens comprados ou produzidos durante o período. A média pode ser determinada em base periódica ou à medida que cada lote seja recebido, dependendo das circunstâncias da entidade.” (Pronunciamento Técnico CPC 16 R1, 2009, p. 8). (grifos nossos)<sup>3</sup>

De acordo com KPMG Auditores Independentes (2006), em Comparação entre Práticas Contábeis quanto aos critérios de valoração adotados internacionalmente, no Brasil e nos Estados Unidos da América, somente neste último é permitido à adoção do critério de valoração do *Last in, First Out (LIFO)* ou *Último que Entra, Primeiro que Sai (UEPS)*, desde

---

<sup>3</sup> Ressalta-se que, de fundamental importância para este estudo, é o conhecimento de que o método de avaliação UEPS (LIFO), foi proibido pela IAS 2 quando da revisão desta norma. De acordo com a *Basis for Conclusion* do IAS 2, a adoção do UEPS foi coibida em função de (a) geralmente não representar fluxos reais de estoque que demonstrem confiabilidade; (b) ser utilizado para obtenção de benefícios fiscais e sua prática estar relacionada aos preços e índices inflacionários; e (c) não representar realmente um método sistemático.

que também seja adotado para fins fiscais. A adoção deste critério de valoração não é permitida pelas normas contábeis internacionais e brasileiras.

Cabe ressaltar que o Pronunciamento Técnico CPC 16 R1 (2009, p. 10) regulamenta que as demonstrações contábeis, dentre outras informações, devem divulgar: (a) as políticas contábeis adotadas na mensuração dos estoques, incluindo formas e critérios de valoração utilizados; (b) o valor total escriturado em estoques e o valor registrado em outras contas apropriadas para a entidade; (c) o valor de estoques escriturados pelo valor justo menos os custos da venda.

As demonstrações contábeis desde que sejam elaboradas de forma adequada permitirão aos usuários uma análise mais consistente da realidade da empresa. Segundo Hendriksen e Breda (1999, p. 101), a Comparabilidade consiste na qualidade da informação que habilitará os usuários a identificar as semelhanças e diferenças entre duas ou mais empresas. A fim de executar esta qualidade da contabilidade, se faz necessária a presença de outros elementos correlatos a este conceito. São eles: a uniformidade e a consistência.

Hendriksen e Breda (1999, p. 102) esclarecem que por uniformidade, subentende-se que eventos idênticos são representados de modo semelhante. Assim, quando da apresentação das demonstrações contábeis das empresas, desde que observada certa uniformidade na elaboração, a comparabilidade se tornaria mais viável. Já a consistência está intimamente relacionada com a longevidade dos conceitos e procedimentos contábeis entre períodos.

### 2.3 Estudos Anteriores

Após realizar levantamento de estudos envolvidos nesta área da ciência contábil, foi possível identificar diversas pesquisas que abordam a diferença entre critérios de valoração de estoque ao longo dos anos, antes mesmo da implementação do IFRS.

Entre os estudos localizados, Gonedes (1979) esclarece que as diferentes formas de avaliação dos estoques podem modificar os valores presentes das empresas e que duas situações determinarão a influência a ser exercida sobre tais práticas contábeis. São elas: (a) companhias as quais os gestores adotam práticas contábeis consonantes com a hipótese (equivalência) Ricardiana e que apresentam alguns indicadores homogeneamente, tais como produções e características de investimentos, devem adotar o mesmo método de avaliação dos estoques; e (b) empresas com situação diversa da anterior, com características de investimentos e produções heterogêneas e que sejam geridas com o intuito de maximização dos resultados utilizarão o Princípio Ricardiano de Vantagem Comparativa<sup>4</sup>.

Lee e Hsieh (1985) elaboraram um estudo que explora os motivos influenciadores das empresas quanto às práticas contábeis de valoração de estoque, especialmente no caso PEPS e UEPS. Os autores evidenciam três possíveis motivos influenciadores da escolha contábil referente à valoração dos estoques: (a) os custos políticos; (b) os custos de agência; e (c) divergentes produção e características de investimento. Os autores afirmam que os gestores tendem a escolher os métodos de valoração de estoques principalmente com o intuito de minimizar custos fiscais, em consonância com o Princípio Ricardiano de Vantagem Comparativa (terceira hipótese). Lee e Hsieh (1985) utilizaram amostra de 799 empresas, tendo 127 companhias adotado o UEPS e 672 o PEPS como método de avaliação de estoques. Os resultados da análise univariada não apoiaram a hipótese de custo de agência, mas sim as demais como influenciadoras da escolha contábil em questão. Por conseguinte, os resultados (da análise multivariada) apresentaram maior consistência com a hipótese Ricardiana.

No mesmo ano, em sua pesquisa, realizada com testes de análises univariadas e multivariadas baseadas em período de dois anos com altos índices de inflação, Hunt III (1985)

---

<sup>4</sup> *Ricardian Principle of Comparative Advantages* é um princípio econômico que se refere à capacidade de uma pessoa ou país produzir determinado bem ou serviço a um custo menor em detrimento de outro.

chegou a algumas conclusões sobre as variáveis influenciadoras do método a ser adotado quanto aos critérios de valoração dos estoques das empresas componentes da amostra: as companhias que optaram por não adotar o UEPS não estavam relacionadas a quaisquer tipos de compensação explicitamente vinculadas às remunerações dos funcionários; e as empresas que utilizaram o UEPS estavam menos propensas a um aumento do endividamento a longo prazo, ao contrário das empresas que, de maneira resistente, permaneciam a adotar o PEPS e encontravam-se com índices financeiros mais próximos de restrições que violassem dívidas preexistentes.

Posteriormente, Hughes e Schwartz (1988) explicaram, baseados na teoria da sinalização e partindo do pressuposto de que os gestores possuem informações privadas sobre perspectivas de futuro das empresas, que só existirá um equilíbrio entre as práticas contábeis demonstradas quanto à avaliação do estoque e as informações privadas quando a situação da empresa é favorável. Os autores também informam que a adoção do PEPS e UEPS representa, respectivamente, uma situação favorável da empresa por não ter que minimizar despesas com impostos e a necessidade de economia das companhias.

Gul (2001) em seu estudo, afirma que empresas com baixo crescimento/alto fluxo de caixa e alto endividamento estão mais propensas a agir de acordo com os interesses dos acionistas, que buscam a maximização dos resultados.

Importante ressaltar que, apesar de diversos estudos internacionais abordarem as diferenças entre a adoção de determinado critério de valoração de estoque, tais pesquisas foram focadas na dualidade “PEPS x UEPS” (ou “FIFO x LIFO”) com ênfase nas práticas contábeis adotadas nos Estados Unidos da América.

Já no âmbito nacional, não foram localizados estudos com foco na análise específica dos métodos de avaliação de estoques que abrangesse o processo de adequação às normas internacionais. Entretanto, ressalta-se o estudo desenvolvido por Scariot (2011), que explanou a conformidade das práticas contábeis em relação ao Pronunciamento Técnico CPC 16, objetivando um enfoque diferente deste estudo em desenvolvimento.

Em suma, é possível identificar através de estudos anteriores que a adoção dos métodos de avaliação de estoques está intimamente relacionada com a Teoria da Positividade anteriormente exposta, já que tal escolha contábil reflete informações de determinados agentes envolvidos neste processo e que devem ser analisadas determinadas características das empresas a fim de aplicação de outros princípios, como o princípio Ricardiano da Vantagem Comparativa. Nota-se também que a utilização do UEPS foi intensificada nos períodos de altos índices de inflação do país em questão nos estudos, onde as empresas poderiam minimizar os custos com os impostos e otimizar os resultados a cada exercício, desconsiderando o proposto pela sinalização de Hughes e Schwartz.

### **3 METODOLOGIA**

Em função da análise de práticas contábeis distintas na busca pelo entendimento e explicação destas, este estudo foi desenvolvido por meio de estudo de casos.

#### **3.1 Seleção das Empresas para Análise**

Com base na análise das empresas não financeiras de capital aberto, com registro ativo concedido pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e com relatórios anuais arquivados neste órgão, buscou-se identificar o método de avaliação dos estoques adotados pelas empresas.

A tabela a seguir indica a quantidade de empresas analisadas e a forma de avaliação de estoques utilizada.

**Tabela 1 – Companhias integrantes da amostra no exercício de 2010**

---

### Painel 1 – Composição das Empresas Analisadas

|   |            |              |
|---|------------|--------------|
| Quantidade de empresas registradas e ativas na CVM <sup>(I)</sup> | 309        | 100,0%       |
| (-) Empresas que não possuem estoques                             | 62         | 20,1%        |
| (-) Empresas que não evidenciaram o método de avaliação utilizado | 46         | 14,9%        |
| <b>Quantidades de empresas na amostra</b>                         | <b>201</b> | <b>65,0%</b> |

### Painel 2- Método de Avaliação de Estoques adotado

|   |            |               |
|---|------------|---------------|
| Companhias que avaliam seus estoques pelo método da média ponderada             | 153        | 76,1%         |
| Companhias que utilizam outros métodos de avaliação de estoques <sup>(II)</sup> | 1          | 0,5%          |
| Companhias que utilizam o método misto  | 1          | 0,5%          |
| Método de avaliação não identificado <sup>5</sup>                               | 46         | 22,9%         |
| <b>Total</b>  | <b>201</b> | <b>100,0%</b> |

---

**Nota:** (I) Companhias que apresentaram relatórios anuais entre o período de 2007 a 2011. (II) A amostra contém uma empresa que avalia seus estoques pelo PEPS (empresa A); e outra que utiliza o método misto (empresa C), sendo PEPS para o saldo de gás/transporte pago e não utilizado (*take/ship or pay*) e custo médio para os itens em almoxarifado.

Adotando como ano base para tal verificação o exercício social de 2010, foi possível identificar através de Notas Explicativas constantes dos Relatórios Anuais, duas empresas que realizaram práticas contábeis desarmônicas da maioria selecionada, sendo uma do setor industrial químico (método PEPS) e outra do setor de petróleo e gás<sup>6</sup> (método misto), conforme classificação do Sistema Econômica ©.

### 3.2 – Coleta e Análise dos Dados

A principal fonte de dados a qual esta pesquisa utilizou no desenvolvimento da metodologia aplicada foi o relatório anual do exercício de 2010 (disponíveis no site da CVM), lembrando a importância da confecção deste documento que, apresentado corretamente pelas empresas pode colaborar para com a divulgação destas no âmbito empresarial e social em seu contexto real.

O período a ser analisado foi o compreendido entre os exercícios sociais de 2007 a 2011, inclusive, onde se torna possível a análise dos dados referentes às práticas contábeis quanto ao método adotado no critério de valoração de estoques e também as consequências do processo de adequação às normas contábeis internacionais, que apresentou a necessidade de observância do Pronunciamento Técnico CPC 16 a partir do exercício social de 2010.

Em consequência do método de pesquisa selecionado (estudo de caso), foram analisadas duas empresas que proporcionassem a comparabilidade de informações, desde que atuassem em área análoga as demais, com o intuito de refletir a realidade imposta pelas necessidades de escolhas contábeis do setor.

Faz-se necessária a ressalva de que a análise dos dados desenvolvidos por este estudo tem natureza predominantemente qualitativa, considerando que o material avaliado foi o apresentado pelas empresas em seus relatórios anuais.

## 4 ANÁLISE DOS CASOS

---

<sup>5</sup> Observa-se, na tabela anterior, que 46 empresas não informaram o método utilizado quanto ao critério de valoração dos estoques, o que representa aproximadamente 22,9% das empresas. A ausência de indicação do método de avaliação de estoques é encarada como uma indicação da adoção do custo identificado de cada unidade de estoque, sendo a escolha do método de avaliação desnecessária.

<sup>6</sup> Mais especificamente do setor de distribuição de gás como prestação de serviço público através de concessão.

#### 4.1 Aspectos Gerais

A fim de contextualização do estudo, se faz necessária uma visão geral dos setores a serem analisados: o industrial químico e o de distribuição de gás. O setor da indústria química possui relevante expressão no mercado industrial nacional e internacional. De modo geral, tal setor está relacionado a elevados indicadores econômicos, bem como alta produtividade, em função da essencialidade dos produtos deste segmento da indústria nas atividades humanas. (GALEMBECK *et al.*, 2007, p. 1413)

De acordo com a Cátedra do Gás, projeto de Pesquisa e Desenvolvimento realizado pelo Instituto de Eletrotécnica e Energia da Universidade de São Paulo, o gás tem sido utilizado no Brasil desde 1854, quando da instalação do sistema de iluminação pública do Estado do Rio de Janeiro. Ao longo dos anos, tal setor foi intensificando suas atividades e expandindo sua atuação no mercado. Atualmente, possui grande expressividade na distribuição de gás canalizado, o outro setor analisado por este estudo.

Algumas outras informações apresentam relevância quanto à contextualização desta análise, ora iniciada. Uma destas é a Regulação a qual os setores podem estar submetidos, o que pode influenciar as práticas contábeis das empresas de cada setor. O setor industrial químico não é regulado por uma agência específica como o setor de distribuição de gás.

No caso das companhias distribuidoras de gás, pode-se observar que há regulação por meio de Agências Reguladoras de Saneamento e Energia, que são organizadas por Unidades Federativas. Faz-se mister o conhecimento de duas Agências em especial: a Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (ARSESP) e a Agência Reguladora de Energia e Saneamento do Estado do Rio de Janeiro (AGENERSA). Quanto à regulação das práticas contábeis, foi observado que, somente o Estado de São Paulo a faz, através da Portaria CSPE – 22, de 12 de novembro de 199, que implementou o Plano de Contas do Serviço Público de Distribuição de Gás Canalizado a ser adotado pelas Concessionárias deste Serviço no Estado de São Paulo.

Ao se analisar o Plano de Contas ora mencionado, constatou-se que a prática contábil da Companhia C (que adota o método de avaliação misto), referente ao critério de valoração de estoque utilizado, segue um padrão estabelecido pela ARSESP, órgão regulador da distribuição de gás no Estado de São Paulo. O mesmo não acontece no Estado do Rio de Janeiro, onde não há um padrão estabelecido pela Agência Reguladora.

#### 4.2 Empresas do Setor Industrial Químico

Sociedade anônima de capital aberto e com ações negociadas na BM&F Bovespa, a Companhia A (que adota o método PEPS) possui domicílio no Brasil, com sede instalada na cidade de São Paulo. A área de atuação da empresa é na produção e comercialização de resina PET para embalagens, fibras sintéticas de poliéster de aplicação têxtil, ácido tereftálico purificado (PTA) e polímeros de poliéster reciclados, assim como a prestação de serviços vinculados a tais atividades. Essa atuação se processa por meio de suas controladas.

A Companhia B (que adota o método do custo médio), por sua vez, ao longo de quatro décadas de atuação, vem expandindo suas atividades no setor industrial químico, no qual atua desde a sua constituição com a participação acionária em indústrias químicas e demais companhias. As ações da Companhia B são negociadas na BM&F Bovespa, tal como a anteriormente mencionada.

A seguir, com a finalidade de evidenciar o disposto nas Notas Explicativas de cada Companhia, relacionam-se informações sobre as práticas contábeis referentes aos métodos de custeio e critérios de valoração adotados:

“Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou da produção, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização, ajustados, quando aplicável, por provisão para perdas,



exceto quanto às importações em andamento, que são valorizadas ao custo acumulado individual. O custo de produção é apurado segundo o método de absorção total de custos industriais.” (RELATÓRIO ANUAL DA EMPRESA A, 2007 – Notas Explicativas, grifo nosso) (similar à nota apresentada no exercício de 2008)

“Os estoques são demonstrados ao método “PEPS” – primeiro a entrar, primeiro a sair, para a controlada M&G Polímeros Brasil S.A. e ao custo médio para as demais controladas. Esses custos são inferiores aos custos de reposição ou aos valores de realização, ajustados, quando aplicável, por provisão para perdas, exceto quanto às importações em andamento, que são valorizadas ao custo acumulado individual. [ . . . ] Em 2009, a Controlada M&G Polímeros S.A mudou a prática contábil de valoração dos estoques de custo médio (os quais eram demonstrados ao custo médio das compras ou da produção) para o método “PEPS” - primeiro a entrar, primeiro a sair, que consiste na avaliação das matérias primas pelo valor mais recente de aquisição e o produto acabado pelo custo mais recente de produção. Os efeitos desta mudança de prática não causaram impactos relevantes nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, para fins de comparação.” (RELATÓRIO ANUAL DA EMPRESA A, 2009 – Notas Explicativas, grifos nossos)

“Os estoques são avaliados pelo método “PEPS” – primeiro a entrar, primeiro a sair. Esses custos são inferiores aos custos de reposição ou aos valores de realização, ajustados, quando aplicável, por provisão para perdas, exceto quanto às importações em andamento que são valorizadas ao custo acumulado individual.” (RELATÓRIO ANUAL DA EMPRESA A, 2010 – Notas Explicativas, grifo nosso)

“Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. Os custos incorridos para levar a cada produto a sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

Matérias-primas – custo de aquisição segundo o método “PEPS” – primeiro a entrar, primeiro a sair.

Produtos Acabados e elaboração – custos dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal.” (RELATÓRIO ANUAL DA RELATÓRIO ANUAL DA EMPRESA A, 2011 – Notas Explicativas, grifos nossos)

Em relação à empresa B, adotada para fins de comparação, destaca-se a seguir o texto constante nas Notas Explicativas representantes dos exercícios sociais de 2010 e 2011.

“Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, que não excede o valor de realização. O custo de produção reflete o método de absorção total de custos industriais, com base na utilização normal da capacidade de produção, sendo que o custo correspondente à subutilização da capacidade normal é debitado ao resultado do período. As peças para reposição são registradas com base no custo de aquisição e baixadas como custo de produção por ocasião do consumo ou da obsolescência.” (RELATÓRIO ANUAL DA COMPANHIA B, 2010 – Notas Explicativas, grifo nosso) (similar à informação do Relatório Anual no exercício social de 2011).

Observadas as notas explicativas dos exercícios sociais compreendidos entre o ano de 2007 e 2011 das Companhias, observa-se que ambas as empresas se adequaram aos padrões das normas contábeis conforme as mudanças nas regulamentações nacionais e internacionais.

Expostos os fatos, pode-se constatar a evidência de duas sociedades anônimas de capital aberto atuantes sob diferentes formas no setor industrial químico e que fazem uso de práticas contábeis diversas no que diz respeito ao critério de valoração de estoque.

### **4.3 Empresas do Setor de Serviço Público (Prestação de Serviço de Distribuição de Gás)**

A Companhia C (que adota o método Misto) tem por objeto social a distribuição de gás canalizado e atua no mercado há décadas no Estado de São Paulo, já tendo sido inclusive controlada pela Administração Pública. A empresa é controlada por empresas internacionais e a prestação do serviço de distribuição de gás é feita por concessão.

A Empresa D (que adota o método de identificável) sofreu algumas alterações no controle acionário desde a sua criação até a presente data, tendo sido controlada também pela Administração Pública e fornece dois tipos de gás: natural e GLP (Gás Liquefeito de Petróleo), destinados aos seus diversos mercados, tendo maior enfoque na distribuição de gás canalizado, assim como a anterior. Está situada no Estado do Rio de Janeiro.

Na sequência serão evidenciadas informações constantes das Notas Explicativas das Empresas C e D:

Os materiais em almoxarifado são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de reposição. Os materiais destinados às imobilizações em curso são registrados no ativo permanente.

O saldo de gás e transporte não utilizados (Take or Pay e Ship or Pay) está valorizado por meio do método PEPS – Primeiro a entrar, primeiro a sair. (RELATÓRIO ANUAL DA COMPANHIA C, 2007 – Notas Explicativas, grifos nossos)

Os materiais em almoxarifado são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede ao valor de reposição. Os materiais destinados às imobilizações em curso são registrados no ativo permanente;

O saldo de transporte não utilizado (“Ship or pay”) e gás não retirado (“Take or pay”) estão valorizados através do método PEPS – Primeiro a entrar, primeiro a sair. (RELATÓRIO ANUAL DA COMPANHIA C, 2008 – Notas Explicativas, grifos nossos)

Os materiais em almoxarifado são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede ao valor de reposição. Os materiais destinados às imobilizações em curso são registrados no ativo permanente;

O saldo de transporte de gás pago e não utilizado (“Ship or pay”) está valorizado através do método PEPS – Primeiro a entrar, primeiro a sair;  
(RELATÓRIO ANUAL DA COMPANHIA C, 2009 – Notas Explicativas, grifos nossos)

O saldo de gás/transporte pago e não utilizado (take/ship or pay) está valorizado pelo método Primeiro a Entrar, Primeiro a Sair (PEPS).

Os materiais diversos são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método do custo médio ponderado. (RELATÓRIO ANUAL DA COMPANHIA C, 2010 – Notas Explicativas, grifos nossos)

Os materiais diversos são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método do custo médio ponderado.

Os materiais destinados a obras em andamento estão registrados como estoques. (RELATÓRIO ANUAL DA COMPANHIA C, 2011 – Notas Explicativas, grifo nosso)

Referem-se, principalmente, a itens de almoxarifado e estão apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor líquido realizável. (RELATÓRIO ANUAL DA COMPANHIA D, 2007 – Notas Explicativas)

**Nota:** Definição idêntica foi obtida nos Relatórios Anuais da Companhia D referentes aos exercícios sociais de 2008, 2009, 2010 e 2011.

Ao longo da análise deste caso, mediante a leitura das Notas Explicativas da Empresa C referentes aos exercícios sociais compreendidos entre 2007 a 2011, inclusive, é possível constatar que a mesma, no ano de 2009 optou por não adotar o padrão estabelecido pelos Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo CPC até então, o fazendo no exercício seguinte, quando foi exigido o cumprimento das normas e comparação ao exercício anterior. Entretanto, a Companhia C buscou a adequação às normas contábeis brasileiras e internacionais pertinentes no período anterior ao da adequação realizada pelo CPC.

Realizando o mesmo tipo de análise das Notas Explicativas da Empresa D, em igual período, constata-se que a Companhia da mesma forma que a anteriormente mencionada, adota as normas contábeis brasileiras e internacionais em vigor até o limite de exigibilidade

dos Pronunciamentos Técnicos elaborados pelo CPC. Então, a partir de 1º de janeiro de 2010, a Companhia muda algumas de suas práticas contábeis de acordo com o previsto nos Pronunciamentos em vigor na época.

#### 4.4 Análise dos Casos

A fim de habilitar a análise dos casos com informações que permitam avaliar as empresas devidamente inseridas em seus contextos econômicos, a seguir a tabela evidencia a evolução de algumas medidas e indicadores contábeis pertinentes a este estudo.

**Tabela 2 – Evolução de Indicadores Contábeis das Empresas Analisadas**

| <b>Painel 1 – Indústria Química</b>                  |             | <b>(R\$ em milhares)</b> |              |              |              |  |
|--|-------------|--------------------------|--------------|--------------|--------------|--|
| <b>Empresa A (Método PEPS)</b>                       | <b>2007</b> | <b>2008</b>              | <b>2009</b>  | <b>2010</b>  | <b>2011</b>  |  |
| Ativo Total  | 1.553.446   | 1.623.729                | 1.524.175    | 1.576.525    | 1.714.944    |  |
| Patrimônio Líquido                                   | 347.077     | 196.229                  | 267.259      | 259.447      | 187.319      |  |
| Resultado Líquido                                    | 68.639      | 175.209                  | (11.468)     | (7.812)      | (72.128)     |  |
| Dividendos Destinados                                | -           | -                        | -            | -            | -            |  |
| <b>Estoques em relação ao ativo</b>                  | <b>0,0%</b> | <b>0,0%</b>              | <b>14,4%</b> | <b>16,6%</b> | <b>20,9%</b> |  |
| Margem Bruta <sup>(I)</sup>                          | 100,0%      | 100,0%                   | 11,3%        | 19,3%        | 13,8%        |  |
| ROA <sup>(II)</sup>                                  | 21,1%       | 64,3%                    | -1,3%        | -0,5%        | -4,4%        |  |
| ROE <sup>(III)</sup>                                 | 21,2%       | 64,5%                    | -4,9%        | -3,0%        | -32,3%       |  |
| <b>Empresa B (Média Ponderada)</b>                   | <b>2007</b> | <b>2008</b>              | <b>2009</b>  | <b>2010</b>  | <b>2011</b>  |  |
| Ativo Total  | 2.301.991   | 1.983.227                | 6.597.112    | 1.099.445    | 889.822      |  |
| Patrimônio Líquido                                   | 1.232.041   | 1.834.464                | 343.807      | 374.087      | 381.293      |  |
| Lucro Líquido  | 144.981     | (152.311)                | (655.525)    | 30.296       | 4.448        |  |
| Dividendos Destinados                                | 42.253      | 17.813                   | 12.550       | -            | -            |  |
| <b>Estoques em relação ao ativo</b>                  | <b>1,5%</b> | <b>0,0%</b>              | <b>0,1%</b>  | <b>0,5%</b>  | <b>0,8%</b>  |  |
| Margem Bruta <sup>(I)</sup>                          | 6,7%        | 1,1%                     | 40,1%        | 38,7%        | 38,8%        |  |
| ROA <sup>(II)</sup>                                  | 7,8%        | -9,1%                    | -17,2%       | 0,8%         | 0,4%         |  |
| ROE <sup>(III)</sup>                                 | 12,3%       | -9,9%                    | -60,2%       | 8,4%         | 1,2%         |  |
| <b>Painel 2 – Serviços Públicos (Petróleo e Gás)</b> |             | <b>(R\$ em milhares)</b> |              |              |              |  |
| <b>Empresa C (Método Misto)</b>                      | <b>2007</b> | <b>2008</b>              | <b>2009</b>  | <b>2010</b>  | <b>2011</b>  |  |
| Ativo Total  | 3.136.319   | 4.012.519                | 3.760.114    | 3.847.842    | 4.307.670    |  |
| Patrimônio Líquido                                   | 1.076.474   | 1.137.081                | 1.279.113    | 1.376.400    | 1.246.436    |  |
| Lucro Líquido  | 442.991     | 514.045                  | 690.394      | 579.980      | 236.139      |  |
| Dividendos Destinados                                | 262.024     | 71.043                   | 71.043       | 336.898      | 296.304      |  |
| <b>Estoques em relação ao ativo</b>                  | <b>1,5%</b> | <b>0,9%</b>              | <b>1,7%</b>  | <b>2,1%</b>  | <b>2,1%</b>  |  |
| Margem Bruta <sup>(I)</sup>                          | 37,8%       | 34,3%                    | 29,5%        | 37,1%        | 27,0%        |  |
| ROA <sup>(II)</sup>                                  | 14,6%       | 14,4%                    | 17,0%        | 14,6%        | 5,8%         |  |
| ROE <sup>(III)</sup>                                 | 41,7%       | 46,4%                    | 57,1%        | 43,7%        | 18,0%        |  |
| <b>Empresa D (Custo Identificado)<sup>a</sup></b>    | <b>2007</b> | <b>2008</b>              | <b>2009</b>  | <b>2010</b>  | <b>2011</b>  |  |
| Ativo Total  | 1.649.458   | 1.906.186                | 1.866.256    | 2.009.343    | 1.928.016    |  |
| Patrimônio Líquido                                   | 459.796     | 530.949                  | 618.332      | 750.563      | 867.918      |  |
| Lucro Líquido  | 508.367     | 563.547                  | 155.323      | 230.043      | 251.667      |  |
| Dividendos Destinados                                | 30.737      | 31.029                   | 82.482       | 83.491       | 113.991      |  |
| <b>Estoques em relação ao ativo</b>                  | <b>0,1%</b> | <b>0,2%</b>              | <b>0,1%</b>  | <b>0,1%</b>  | <b>0,1%</b>  |  |
| Margem Bruta <sup>(I)</sup>                          | 42,3%       | 25,2%                    | 34,9%        | 29,8%        | 33,9%        |  |
| ROA <sup>(II)</sup>                                  | 31,9%       | 31,7%                    | 8,2%         | 11,9%        | 12,8%        |  |
| ROE <sup>(III)</sup>                                 | 119,2%      | 113,8%                   | 27,0%        | 33,6%        | 31,1%        |  |

**Nota:** Dados contábeis consolidados extraídos do Demonstrativo Financeiro Padrão (DFP) das empresas disponíveis no site da CVM. Acesso em 19/05/2012. (I) Margem Bruta: Lucro Bruto/Receita Líquida. (II) ROA – *Return on Assets* (Retorno sobre ativos): Lucro Líquido/(( Ativo<sub>t</sub> + Ativo<sub>t-1</sub>)/2). (III) ROE – *Return on Equity* (Retorno sobre patrimônio): Lucro Líquido/(( PL<sub>t</sub> + PL<sub>t-1</sub>)/2). (a) A empresa não menciona o método de mensuração dos estoques o que leva a crer que o método adotado é o custo identificável de cada unidade (não há ressalva no parecer dos auditores independentes).

Observando os dados da tabela anterior, nota-se que as empresas A e B, pertencentes ao mesmo setor, o industrial químico, apresentam semelhança quanto ao porte, haja vista os valores de seus ativos e patrimônios líquidos, não obstante demonstrarem variações nos indicadores (a) percentual dos estoques em relação ao ativo total, (b) margem bruta e (c) rentabilidade (ROA e ROE), em função das diferenças quanto às características de cada uma.

Ainda utilizando o princípio da comparabilidade, observou-se que as Empresas A e B praticam métodos de avaliação distintos dentro do mesmo setor de atuação econômica. Adicionalmente, é possível verificar que a empresa A, que avalia seus estoques pelo PEPS desde 2008, apresenta níveis de estoques de maior relevância em matéria de valores reais, o que submete a alterações mais significantes quando da adoção de um método de avaliação de estoque dissonante dos demais.

O mesmo não se pode dizer das empresas C e D, onde é notória a diferença relevante entre seus ativos, patrimônios líquidos e lucros obtidos. Ressalta-se que a Empresa D foi a única companhia semelhante da amostra para servir de *benchmark* em relação à Empresa C.

Considerando a pequena representatividade do valor dos estoques destas empresas no total de ativos, bem como as características específicas da área de atuação, sob o enfoque comparabilidade, pode-se afirmar que não há prejuízo na adoção de métodos contábeis de avaliação de estoques diferente, pois quaisquer alterações no método de avaliação dos estoques por parte das empresas B e D não alterariam significativamente, na mesma proporção das anteriores, o resultado das companhias.

Verificada tais informações, cabe ao estudo analisar quais motivos as Empresas A e C teriam pra adotar métodos de avaliação de estoques diferentes das demais.

Como observado anteriormente no referencial teórico, três hipóteses iniciais se mostram como possíveis motivos para tal prática contábil, de acordo com a Teoria Positiva da Contabilidade: (a) o custo político; (b) os *covenants* contratuais (especialmente, neste estudo, aqueles relacionados com nível de capital de giro); e (c) os bônus de administradores.

Como mencionado, os custos políticos podem influenciar as práticas contábeis mais conservadoras pelas empresas para reduzir possíveis riscos de intervenção econômica por parte do governo. No caso desta análise, há de se segregar mais uma vez a mesma em setor industrial químico e setor de distribuição de gás. O primeiro setor, apesar de ter números expressivos em determinadas companhias que predominam no campo econômico, não possui naturalmente um cunho político ao ponto de ter o custo político como influenciador da decisão de método de valoração de estoque. Este setor não é crítico quanto à exposição política, de acordo com o contexto externo observado cotidianamente pela sociedade.

Já o setor de distribuição de gás, por se tratar de serviço público ao qual o direito de distribuição é concessão do governo a particulares, possui um teor político que pode envolver a adoção dos métodos de avaliação em função de custos políticos. Entretanto, adotar tal premissa como justificativa para a adoção de certa prática contábil envolveria uma quebra de função quando relacionada à Teoria da Agência, onde os administradores maximizam o resultado da empresa em troca de remuneração por parte dos acionistas, segundo o exposto por Hendriksen e Breda (1999).

Quanto aos *covenants* contratuais, dentre as companhias analisadas, ressaltam-se os apresentados pela Empresa A, que de acordo com os relatórios anuais vem cumprindo adequadamente as cláusulas contratuais de seus compromissos de financiamentos, incluindo a

de manutenção do índice de dívida de uma de suas controladas<sup>7</sup>, o que afasta a motivação de certa prática contábil em função deste fator.

No que tange o Bônus dos Administradores, este estaria envolvido com os Planos de Incentivos. Fato inquestionável é que, os administradores possuem informações privadas das empresas que o subsidiam nas aplicações de determinadas práticas contábeis. Na hipótese considerada neste ponto, segundo Silva e Sancovschi (2007), os administradores buscariam métodos de avaliação de estoques que proporcionassem maior compensação futura a eles.

Entre as empresas analisadas, verificou-se que nenhuma delas efetua pagamento, em dinheiro ou em ações, de bônus aos administradores. Logo, tal hipótese pode ser afastada na explicação da escolha do método de avaliação nos dois casos.

Há de se falar em outras possíveis hipóteses para justificar tais discrepâncias quanto ao padrão de critério de valoração de estoques observado no mercado de empresas de capital aberto. Uma destas hipóteses, aplicável ao caso do setor de distribuição de gás, é a de que tal prática, dissonante da maioria das companhias, ocorre pelo fato de regulação da Agência responsável, que neste caso seriam as Agências Reguladoras de Saneamento e Energia dos Estados. A prática contábil no Estado de São Paulo, onde a empresa C está localizada, é regulamentada pela ARSESP (Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo), fazendo com que as empresas cumpram determinações quanto ao método de avaliação de estoque, mesmo que dissonante do grupo predominante. Tal regulação não ocorre no Estado do Rio de Janeiro, onde a *benchmark* está localizada.

Há de se mencionar que tal fato evidencia que não há padronização por parte do setor de regulação, já que a mesma não se observa no Estado do Rio de Janeiro por parte da Agência Reguladora equivalente.

Assim, ainda remanescem as hipóteses que versam sobre a redução dos custos tributários, hipótese Ricardiana para empresas com características de investimento e produção homogêneas; e o princípio Ricardiano da vantagem comparativa, para características e produção heterogêneas, como motivadores na adoção das escolhas contábeis referentes à adoção dos métodos de avaliação dos estoques.

A ideia de minimizar cargas tributárias se mostra mais adequada às empresas que possuem estoques significativos em suas empresas, já que o impacto de uma redução fiscal resultaria em maior economia de recursos. Há de se mencionar também que, tal teoria, está intimamente relacionada com períodos de alta inflação, quando a minimização de despesas tributárias apresenta maior coerência. De acordo com estudos anteriores ora mencionados, constata-se que tal prática foi mais comum nos Estados-Unidos da América, que esteve sujeito a altas inflacionárias, principalmente, no período entre 1973-1975.

Diferentemente desse país, no Brasil a utilização do UEPS não é permitida nem para motivos de economia fiscal, restando então como método mais próximo de redução de cargas tributárias, a média ponderada móvel, que se aplicaria melhor a períodos de altas inflacionárias, em contrapartida ao método PEPS<sup>8</sup>.

Assim, de acordo com Gonedes (1979), a hipótese Ricardiana já seria descartada a partir da constatação de diferentes características de investimentos e produção, haja vista as informações mencionadas sobre as atividades das empresas. Consequentemente, o princípio Ricardiano da Vantagem Comparativa se faz presente e coerente com o caso do setor industrial químico, onde a empresa utiliza-se de práticas contábeis que, de acordo com a

---

<sup>7</sup> O financiamento de dívida da controlada da Empresa A ocorreu no ano de 2008, o mesmo ano de mudança do método de avaliação dos estoques.

<sup>8</sup> Observada a conjuntura econômica do país no período analisado, entre os anos de 2007 a 2011, constata-se que a taxa de inflação encontra-se em níveis considerados baixos para a situação econômica brasileira em comparação ao histórico nacional do IPCA (índice oficial do Governo Federal para mensurar metas inflacionárias).

produção e características de investimento, adotam escolhas que proporcionem melhor resultados em detrimento de outros possíveis a determinado momento. É o que se verifica quando se analisa que, a partir do ano na qual os saldos de estoque tiveram significância, a empresa busca a maximização de resultados a fim de minimizar os prejuízos. Tal prática se faz mais eficiente, embora que com a limitação da relevância do estoque perante o resultado do exercício, com a adoção do método PEPS, já que o país vive situação de inflação baixa.

Segundo o exposto por Gonedes (1979), empresas com produção e características de investimentos heterogêneas e que adotam o Princípio Ricardiano da Vantagem Comparativa, tendem a adotar métodos de avaliação de estoques distintos, como acontece neste estudo.

Ressalta-se ainda que, determinadas empresas, em função da pequena contribuição de seus estoques para com o resultado do exercício e sistemática adotada pela maioria das empresas de capital aberto no mercado nacional, utilizam-se da média ponderada móvel como uma tendência a ser adotada no que tange aos métodos de avaliação de estoques.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O objetivo do estudo foi identificar os métodos de avaliação de estoques adotados pelas sociedades anônimas de capital aberto após a implementação do IFRS, bem como analisar os determinantes econômicos para a escolha do método de avaliação utilizado.

Considerando, como base no levantamento manual realizado, que quase a totalidade das empresas analisadas adotaram o método de avaliação dos estoques pelo custo médio ponderado, optou-se pela adoção da metodologia de estudo de caso múltiplo para análise da motivação das escolhas contábeis para os casos identificados como excepcionais.

Os resultados obtidos através da coleta de dados e devidamente organizados ao longo da análise dos casos demonstram que procedimentos contábeis referentes à valoração dos estoques encontram-se em tendência favorável a utilização da média ponderada, que em períodos inflacionários seria capaz de reduzir de maneira mais eficaz as despesas tributárias em comparação ao PEPS, já que o UEPS não é permitido segundo determinação do IAS 2 (IASB) por não apresentar real fluxo de estoque futuro. Destaca-se também que o Método UEPS não é aceito para fins fiscais.

A análise dos casos que havia sido segmentada em dois setores, o industrial químico e o de serviço público de distribuição de gás, evidenciou que a regulação por parte de Agência Reguladora Estadual atinente à área de atuação das empresas foi o principal motivo influenciador das práticas contábeis adotadas no último setor.

Constatou-se também que, das teorias analisadas, as que apresentaram maior relevância para esta análise foram o princípio Ricardiano da Vantagem Comparativa.

Tal fato se deve a conclusão de que dentre as empresas analisadas, as do setor industrial químico optam por métodos de avaliação que possam obter melhores resultados em detrimento de quaisquer outros mais negativos naquele momento. A explicação obtida para tal argumento se dá pelo fato da empresa continuar a adotar o PEPS em períodos de resultados líquidos negativos. Segundo referencial teórico, este método permite a companhia maximizar seus resultados, o que proporcionaria a Empresa A reverter os resultados negativos que obteve nos últimos anos.

Assim, notadamente, no que diz respeito aos métodos de avaliação de estoques, conclui-se que no Brasil, a predominância é do método da média ponderada e que demais casos, possuem caráter esporádico e amparo em decisões baseadas em instruções reguladoras e/ou na liberdade das práticas contábeis previstas em lei que as empresas possuem, sempre objetivando o crescimento da companhia quando da inexistência de custos políticos.

As principais contribuições deste estudo são: a) apresenta evidências sobre o tratamento contábil dispensado aos estoques de acordo com a relevância deste na empresa; b)

apresenta evidências quanto à implementação do IFRS e alterações significativas instituídas por ele; e c) evidencia aspectos qualitativos das práticas das companhias aqui analisadas.

## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Cátedra do Gás. Instituto de Eletrotécnica e Energia da Universidade de São Paulo. Disponível em <<http://catedradogas.iee.usp.br/gasnatural/historicobrasil.htm>>. Acesso em 08/05/2012.
- CHAN, Betty Lilian; MARTINS, Gilberto de Andrade; SLOMSKI, Valmor. **Distribuição do Valor Adicionado: Comparação Entre Empresas Estatais e Privadas do Setor de Serviços Públicos**. In: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, III, 2003, São Paulo. Out/2003.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 16 (R1) – Estoques**. Disponível em <<http://www.cpc.com.br/>>. Acesso em 29/03/2012.
- CVM. Comissão de Valores Mobiliários. Disponível em <<http://www.cvm.gov.br/>>. Acesso em 08/05/2012.
- GALEMBECK, Fernando; SANTOS, Ádamo C. M. dos; SCHUMACHER, Heloísa C.; RIPPEL, Márcia M.; ROSSETO, Renato. Indústria Química: Evolução Recente, Problemas e Oportunidades. **Química Nova**, vol. 30, nº 6, p. 1413-1419, 2007.
- GONEDES, Nicholas J. **Accounting Techniques and Firms Equilibrium Values: Tax Methods and The LIFO/FIFO Choice**. Philadelphia, 1979.
- GUL, Ferdinand A. Free Cash Flow, debt-monitoring and manager's LIFO / FIFO policy choice. **Journal of Corporate Finance**, vol. 7, p. 475-492, 2001.
- HENDRIKSEN, Eldon S.; BREDA, Michael F. Van. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em 22/05/2012.
- IFRS – *International Financial Reporting Standards. Technical Summary International Accounting Standard (IAS) 2 – Inventories*. 2012 Disponível em <<http://www.ifrs.org/NR/rdonlyres/7258B97A-6276-4867-A79F-3FBD91F53AB6/0/IAS2.pdf>> Acesso em 03/04/2012.
- ISI Emerging Markets. A euromoney institutional investor company. Disponível em <<http://www.securities.com/>>. Acesso em 09/05/2012.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2006.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de; LOPES, Alexandro Broedel. **Teoria Avançada da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2004.
- KPMG Auditores Independentes. Comparações entre Práticas Contábeis. 2006. Disponível em <[http://www.kpmg.com.br/publicacoes/dpp/estoques\\_web.pdf](http://www.kpmg.com.br/publicacoes/dpp/estoques_web.pdf)>. Acesso em 03/04/2012.
- LEE, C. J.; HSIEH, D. A. Choice of Inventory Accounting Methods: Comparative Analyses of Alternative Hypotheses. **Journal of Accounting Research**, vol. 23, p. 468-485, 1985.
- HUNT III, Herbert G. Potential Determinants of Corporate Inventory Accounting Decisions. **Journal of Accounting Research**, vol. 23, p. 448-467, 1985.
- RONEN, Joshua; YAARI, Varda. **EARNINGS MANAGEMENT: Emerging Insights in Theory, Practice and Research**. [S.L]: Springer, 2008.
- SCARIOT, Fabíola. Estudo Multicaso de Conformidade de Avaliação, Mensuração e Divulgação de Estoques em Relação ao CPC 16 das Normas Brasileiras de Contabilidade. **Revista e-ESTUDANTE – Eletronic Accounting and Management**, vol. 3, nº 3, 2011. Disponível em <<http://revistas.utfpr.edu.br/pb/index.php/ecap/issue/view/64>>. Acesso em 19/05/2012.

- SILVA, A. H. C. e; SANCOVSCHI, Moacir. **Mudança de práticas contábeis em Empresas Privatizadas: Estudo de caso no segmento de serviços públicos de distribuição de gás.** In: CONGRESSO ANPCONT, 2, Gramado/RS. **Anais...** Anpcont, 2007.
- WATTS, Ross L.; ZIMMERMAN, Jerold L. Positive Accounting Theory: A Ten Year Perspective. **The Accounting Review.** vol. 65, p. 131-156, 1990.
- YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 2ª. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.